

AMC

# Polícia retira cartazes da CUT

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

A Polícia Federal apreendeu ontem pela manhã, na sede paulista do Partido dos Trabalhadores, cerca de 15 mil cartazes em que 27 parlamentares do Centrão são acusados de "traidores do povo". A tarde, uma operação similar ocorreu no Sindicato dos Bancários de Brasília, onde foram recolhidos 180 cartazes, 2.870 panfletos e nove chapas de impressão. O presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, garantiu que não partiu dele nenhuma orientação para a ação policial.

Em São Paulo, a apreensão foi efetuada por quatro agentes, comandados pelo delegado Jayme Petra Mello Filho, e não registrou incidentes. Imediatamente, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, da Executiva Nacional do PT, anunciou que entrará com representação no Ministério Público contra o superintendente da Polícia Federal de São Paulo, Marco Antônio Veronezzi, que será denunciado por crime de responsabilidade. O dirigente petista argumenta que os policiais cometeram abuso de poder, violação de propriedade e agiram sem mandado judicial, "de maneira clandestina".

Mas para o coordenador regional da PF, Jair Barbosa Martins, os agentes estavam amparados pelo artigo 241 do Código de Processo Penal (que trata de "busca e apreensão"), onde não é exigido o mandado quando uma autoridade estiver presente. Já o superintendente em exercício da Polícia Federal de Brasília, Alberto Mota, apresentou o artigo 240, que autoriza a polícia a fazer busca desde que haja motivos consistentes.

O delegado Jair Barbosa, ao justificar a ação em São Paulo, aproveitou para dirigir um apelo aos representantes dos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos e à CUT: "Compareçam à sede da Polícia Federal e entreguem

os cartazes restantes". Caso contrário, as buscas e apreensões prosseguirão.

Adauto Bentivegna Filho, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, assumiu ontem que sua entidade e o Sindicato dos Metalúrgicos cuidaram da confecção dos cartazes. Mas negou qualquer possibilidade de entregar o resto do material à polícia. "Inicialmente, não existe notificação oficial ao sindicato para a devolução dos cartazes. Depois, mesmo que houvesse, seria ridículo entregarmos um material que estamos fazendo", disse.

O secretário-geral da CUT paulista, Arnaldo Chinaglia, considera que, ao divulgar os cartazes, sua entidade está apenas cumprindo um dos itens recém-aprovados pela Constituinte, que permite a liberdade de expressão. Segundo ele, "Ulysses Guimarães, garantiria melhor o bom nome da Constituinte se permitisse o livre debate de idéias".

Ulysses Guimarães lembrou que a única intervenção oficial no caso dos cartazes contra o Centrão partiu da Mesa da Constituinte, que transmitiu um pedido dos parlamentares classificados de "traidores do povo". "Nós só pedimos ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que adotasse as providências legais para a retirada dos cartazes e a proibição de afixação de outros", disse.

Ele destacou ainda que todas as medidas tomadas estavam autorizadas por lei e o caso agora está sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da República. O protesto dos petistas de São Paulo foi justificado na forma como a apreensão foi realizada. Segundo eles, um agente da PF chegou à sede do partido e, apresentando-se como estudante, pediu os cartazes. Quando o material foi entregue ocorreu o flagrante. "Pensei que a ditadura militar havia terminado, mas hoje vimos que as ações continuam as mesmas e os métodos foram até melhorados", disse o presidente regional do PT, José Ciccote.



Edward Costa

Na sede do PT paulista foram apreendidos 15 mil cartazes considerados ofensivos ao Centrão

## Manifesto, "só primeiro passo"

SERVIÇO SOCIAL E AGÊNCIA ESTADO

O empresário Lawrence Pih disse ontem em São Paulo que o manifesto por quatro anos de mandato para o presidente Sarney assinado por 15 dos 37 deputados do PMDB na Assembléia Legislativa paulista, coordenado por ele, "é apenas a primeira manifestação pública de um trabalho por eleições diretas para a Presidência da República neste ano". O governador Orestes Quércia considerou o manifesto legítimo, mas duvidou que o empresário seja o coordenador da iniciativa. Segundo Quércia, diversos deputados negaram isso e Pih acabou constando como coordenador por ter pago a publicação do manifesto nos jornais.

Pih disse que, provavelmente após o carnaval, o grupo que assinou o manifesto divulgará lista com os nomes dos 24 parlamentares da bancada paulista que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) favorável ao mandato de cinco anos. "É a nossa forma de mostrar à população o que os parlamentares defendem em Brasília, para que o eleitorado tome conhecimento e tenha consciência da atuação daqueles que elegeram", afirmou Pih.

O empresário acredita que, no momento, é mais importante "atuar

junto aos peemedebistas do grupo suprapartidário de 317 deputados que assinaram a emenda Iensen, pois o PMDB é majoritário nas assinaturas". Para reverter essa situação, ele pretende lembrar aos constituintes peemedebistas que esse partido por, quase duas décadas, "carregou a bandeira das diretas e não pode desvirtuar o seu comportamento". Segundo Pih, o governador Orestes Quércia está "fugindo à sua responsabilidade" por não definir claramente sua posição quanto à duração do mandato de Sarney: "Ele é o representante paulista e o povo paulista já se definiu por eleições neste ano".

Pih, que garante contar com o apoio de políticos de todo o País, e ainda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Ordem dos Economistas e de vários empresários — cujos nomes não revelou —, disse que já conseguiu reverter a posição de alguns deputados que apoiou, mas que acabaram assinando a emenda Iensen. "Apoiei, agora cobro", disse.

Além de eleições diretas em 88, os subscritores do manifesto, segundo ele, desejam cortes nos gastos públicos, enxugamento da máquina estatal, diminuição da presença do Estado na economia e redistribuição da renda. "Tudo isto deveria ocorrer logo, pois temo que em breve a situação se torne irreversível e

corramos o risco de uma convulsão social", concluiu.

MUD

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, também presidente do Movimento Democrático Urbano (MUD), disse no Rio que todas as correntes políticas defensoras de eleições gerais ainda este ano devem unir-se para conseguir esse objetivo e depois disputar no voto. Pedindo a imediata apuração de todas as denúncias de corrupção, Rocha afirmou que "até um presidente de esquerda seria preferível ao atual nível de indefinição e desgoverno".

O manifesto do diretório regional carioca do PMDB pelas diretas e toda a organização do Dia do Basta (a ser coordenado pela OAB), no dia 4 de março, estão paralisados à espera da passagem do carnaval. O documento pelas diretas já está pronto, mas não deve ser votado até a semana que vem.

Em Brasília, ocorreram duas mudanças no quadro de previsões para a votação sobre a duração do mandato de Sarney. A deputada Rita Camata (PMDB-ES), que apoiava os quatro anos, deve votar a favor dos cinco; o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), dos mais ligados ao governador Orestes Quércia, que defendia os cinco anos, deve votar pelo mandato de quatro anos.

## O Centro Democrático se reorganiza

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os principais líderes do Centro Democrático começaram ontem a coleta de assinaturas para divulgar documento definindo o afastamento do Centrão. Os moderados do PMDB defendem o entendimento interno para que o partido não tenha de se submeter a líderes de outros partidos, como Amaral Neto (PDS-RJ) e José Lourenço (PFL-BA), mas os deputados Marcos Lima (PMDB-MG) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) só pretendem divulgar o documento depois de conseguirem 50 assinaturas, pelo menos.

O deputado Expedido Machado (PMDB-CE) reuniu ontem em seu apartamento 16 moderados dispostos a reativar o Centro Democrático, entre eles os deputados Marcos Lima, Ubiratan Aguiar, Del Bosco Amaral (SP), Irapuan Costa Júnior (GO), Sérgio Werneck (MG), José Dutra (AM) e Aloísio Vasconcelos (MG). Também esteve presente o deputado Rosa Prata (MG), cuja missão foi tentar sustar a divulgação do documento.

"POR CIÚMES"

Apesar dos apelos de Rosa Prata, ficou decidido o início da coleta de assinaturas dos que se declararam dispostos a separar o Centro Democrático do Centrão, passando a defender a unidade peemedebista e o comando de Ulysses Guimarães. Ao comentar a reunião, o deputado Jorge Vianna (PMDB-BA), do Centrão, disse que muitos dos que defendem a separação o fazem "por ciúmes".

## Agora, PT fará boletins

AGÊNCIA ESTADO

A direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúne-se hoje, às 9 horas, em São Paulo, para adotar uma posição oficial em relação à apreensão dos cartazes criticando os parlamentares do Centrão. A disposição dos dirigentes é de não aceitar o caráter de ilegalidade na confecção do material.

Em Brasília, o deputado Luiz Ignácio da Silva, líder do PT na Constituinte, disse que o partido vai contestar a ação policial. Ele admitiu que os cartazes generalizavam em suas denúncias e, às vezes, "cometiam injustiças". Depois, advertiu: "A partir de agora, o PT vai fazer boletins sobre cada votação de artigo e capítulo da nova Constituição e distribuí-los. Vamos ver se a Polícia Federal tem coragem de prender os dirigentes do partido". Lula fez ainda uma recomendação:

"Se o Centrão não quiser ser denunciado, que vote favoravelmente aos interesses da classe trabalhadora".

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, reuniu-se no final da tarde para fazer uma avaliação dos episódios em São Paulo e Brasília, mas preferiu divulgar a posição da entidade no encontro de hoje. O Sindicato dos Bancários de São Paulo enviou telex ao presidente da República, repudiando a ação da Polícia Federal.

O texto destaca que "a ação constringe ilegalmente o direito de livre manifestação de pensamento e, em especial, busca subtrair da opinião pública o direito de conhecer e julgar o procedimento dos parlamentares". A primeira tiragem de 200 mil cartazes, distribuídos no Estado, foi impressa na gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A decisão de confeccionar o material partiu dos departamentos bancários e metalúrgicos da CUT.